



Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Licenciatura em Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

A Educação Inclusiva numa Peerspecitava da Teoria Mantoan

Gama-DF
2022

Ana Maria Rodrigues Flores

A Educação Inclusiva numa Peerspecitava da Teoria Mantoan

Artigo apresentado como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Prof. (a) MSc.: Welton Dias de Lima

Gama-DF

2022

Ana Maria Rodrigues Flores

A Educação Inclusiva numa Perspectiva da Teoria Mantoan

Artigo apresentado como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 02 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora



Prof. MSc. Welton Dias de Lima
Orientador

Prof.(a) MSc. Eusiléia Pimenta Roquete Severiano
Examinadora

Prof.(a) MSc. Rhemora Ferreira da Silva Urzeda
Examinadora

A Educação Inclusiva Numa Perspectiva da Teoria Mantoan

Ana Maria Rodrigues Flores

Resumo:

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que visa incluir alunos com deficiência no ambiente escolar pois, foi observado que quando as pessoas especiais são incluídas nesse meio faz com que eles se sintam pertencentes a sociedade. O objetivo deste artigo é realizar um breve estudo sobre a importância da inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar, de uma forma mais específica foi realizado pesquisas que abordaram os desafios da educação inclusiva. Desta forma é apresentado uma breve pesquisa bibliográfica baseada na teoria de Maria Teresa Egler Mantoan que evidencia a importância da educação inclusiva na vida das crianças com deficiência. Diante de tudo o exposto, se observa que devido à falta de uma formação contínua por parte dos professores acaba que a educação inclusiva seja desenvolvida de uma forma errada, gerando assim uma educação sem qualidade para as pessoas com deficiência. Pode-se concluir que a educação inclusiva propõe ao aluno com deficiência que ele possa fazer parte de um contexto social onde todos são iguais independente das diferenças apresentadas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Crianças com Deficiência; Educação Especial.

Abstract:

Inclusive education is a type of education that aims to include students with disabilities in the school environment, because it was observed that when special people are included in this environment makes them feel they belong to society. The purpose of this article is to carry out a brief study on the importance of including children with disabilities in elementary school 1. Thus, a brief bibliographic research based on Maria Teresa Egler Mantoan's theory is presented, which highlights the importance of inclusive education in the lives of children with disabilities. In view of all the above, it is observed that due to the lack of continuous training on the part of teachers, inclusive education is developed in a wrong way, thus generating an education without quality for people with disabilities. It can be concluded that inclusive education proposes to students with disabilities that they can be part of a social context where everyone is equal, regardless of the differences presented.

Keywords: Inclusive Education; Children With Disabilities; Special Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma reflexão acerca da inclusão de crianças com deficiência do ensino fundamental I no Distrito Federal. Para Correia (1997) na antiguidade foi iniciado um período, com evidências de negligência no atendimento às pessoas com deficiência. Naquele tempo as pessoas eram abandonadas ou até mesmo eliminadas, pois a sociedade considerava essas ações normais. Segundo Corcine e Consagrado (2016), na idade média, também temos um período marcado pela segregação das pessoas especiais, pois havia diversas tentativas de isolamento dessas crianças em abrigos administrados por igrejas católicas.

No século XVI, Pedro Ponce de León criou o processo de escolarização para pessoas surdas, e isto, tornou-se um marco significativo para educação especial. Durante o século XVII a XVIII, crianças eram internadas nas instituições, porém, as próprias, eram responsáveis pela exclusão das crianças da sociedade.

Jean Marc Itard (1798), através do seu programa “educação especial” demonstra para a sociedade a possibilidade de uma educação para crianças especiais. No mesmo período, Challes M. Eppee fundou a primeira instituição que é especializada no atendimento ao surdo.

O século XX é marcado pelo ápice das discussões sobre “educação inclusiva de crianças especiais”, pois no mesmo, foram criadas diversas leis que asseguram o direito das pessoas com deficiência.

De forma mais específica, no ano de 1988 foi criada uma nova constituição, que por sua vez assegura todos os direitos dos cidadãos. Conforme o art. 208 da constituição (1988) as crianças com necessidades especiais passam a ter o direito à educação especial sendo preferencialmente em instituições regulares. No ano seguinte, em 1989, entra em vigor a lei 7.853/89, a mesma estabelece todos os direitos legais que as pessoas deficientes possuem e auxilia na interação dos mesmos dentro da sociedade.

Em 1994 durante uma convenção sobre educação especial foi gerada a Declaração de Salamanca, em que o intuito é promover um novo olhar para as dificuldades que as crianças deficientes apresentam no ambiente escolar para que assim seja ofertado uma educação inclusiva.

Partindo desta declaração o catolicismo perde o poder que havia sobre as pessoas com deficiência, e as mesmas passam a ser atendidas no ensino regular.

Segundo o portal do MEC (2015) de 2003 a 2014 o Brasil teve um aumento de 50% de inclusão das crianças com deficiência nas escolas regulares, isso ocorreu pela Declaração de Salamanca, porém, de acordo com o decreto 10.502 (Brasil, 2020) o atual governo prefere que as pessoas com deficiência sejam mantidas nas escolas especiais, mas, esta medida acabou resultando em um retrocesso no âmbito educacional, felizmente a corte suspendeu este decreto e o STF abriu uma audiência pública para averiguar esta questão.

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um breve estudo sobre a inclusão das crianças especiais do ensino fundamental I. De modo mais específico, destaca-se: I) Realizar uma pesquisa sobre os desafios da educação inclusiva, II) averiguar os conceitos da educação inclusiva segundo Maria Teresa Eglér Mantoan; III) Apresentar os resultados do estudo com a finalidade de conscientizar professores e gestores educacionais sobre a educação inclusiva.

Segundo Figueiredo Débora (2021) após todo o processo da educação especial o aluno é efetivado no ensino regular, porém acaba surgindo novos desafios para manter o educando dentro das escolas. Nesse sentido, destaca-se a seguinte problemática: De qual modo é realizado a inserção de crianças deficientes no ensino fundamental I?

Diante do exposto na problemática, pode-se observar que apesar de todas as mudanças na educação especial ainda é necessário realizar algumas melhorias no que tange a inserção do aluno deficiente. Segundo Mantoan (2006) com o passar do tempo a necessidade de mudança tem aumentado cada vez mais devido ao aumento de casos de crianças com deficiência, pois sem essas modificações em sala não é possível realizar uma prática inclusiva na formação integral do aluno.

Esta pesquisa tem a incumbência de incentivar uma educação mais inclusiva apesar de já existir nos dias atuais, mas, conforme observado durante a prática no ambiente escolar nos dias atuais, o processo de educação especial no Brasil não é realizado de forma correta, como consta nas leis que corrobora com a educação inclusiva.

A escolha deste tema se deu devido a prática vivenciada em estágios dentro do ambiente escolar, durante essas experiências foi observado que as equipes pedagógicas não possuem preparo adequado para trabalhar com crianças deficientes, então, devido a essa escassez no processo de inclusão educacional especial, o que é previsto pela lei 13.146/15, não chega a se materializar nas instituições públicas de ensino.

O público alvo da pesquisa são os acadêmicos de pedagogia e profissionais da educação que estão constantemente em busca de aprendizagem e formação acerca da inclusão de crianças deficientes no ambiente escolar.

O trabalho está estruturado em: I - Introdução. II - Revisão de literatura. III - Procedimentos Metodológicos. IV - Análise e discussão dos dados e V - Considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 – A Inclusão na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que faz parte de todos os níveis do ensino básico, e as crianças terão um atendimento especializado, assim ficará disponível serviços e recursos que facilitará para os professores e estudantes o processo de ensino e aprendizagem.

Em 2013 a LDB teve alterações, pois a mesma apenas assegurava uma educação para as crianças especiais que tinha como caráter um ensino de integração, sendo que isso é totalmente errado porque dessa forma os mesmos não vão se sentir incluídos no processo de ensino. Devido a estas mudanças a LDB passar a ser de caráter inclusivo, é também e modificado o termo “educandos com necessidades especiais” pois agora tem um público alvo, conforme definido no inciso III do art. 4 da lei 12.796/13:

“III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL,2013).

No inciso 2º do art. 58 da LDB é apresentado algumas contradições acerca do atendimento às pessoas com deficiência, isto ocorre pelo fato de não englobar todas as crianças com deficiência devido às suas condições por isso as mesma não conseguem frequentar a escola regular, de acordo com o art. 27 do estatuto da pessoa com deficiência “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida [...]”, dessa forma as instituições deverão incluir as pessoas nas escolas regulares.

De acordo com o inciso 2º do art. 59 da LDB:

Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;(BRASIL, 1996).

Neste inciso é apresentada outra contradição, pois na educação inclusiva é oferecido um atendimento especializado para acompanhar as pessoas especiais, que tem o intuito de melhorar o desenvolvimento dessas crianças, dessa forma, as pessoas não precisam terminar os seus estudos com antecedência pois estarão iguados aos demais da turma apesar das suas diferenças.

Segundo o art. 60 da LDB é explícito que os órgãos normativos escolherão algumas instituições de ensino especializadas no atendimento das pessoas com deficiência para ajudar de forma financeira e técnica, porém o poder público deveria optar por realizar este investimento nas instituições públicas para que assim seja ofertado um acompanhamento de qualidade, conforme o parágrafo único da LDB:

O poder público fará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo(BRASIL, 1996).

Assim a educação especial foi desenvolvido para atender o público que necessita de um cuidado diferente, mas, como acompanhamos todo esse processo de evolução que a educação vem passando, se observar que as instituições que atendia as crianças especiais saiu do centro e deu lugar às escolas regulares que passar acolher estas crianças e os insere no modelo de ensino e aprendizagem, porém é válido lembrar para essas escolas passam realizar essa inclusão e necessário que seja modificador algumas especificidades no seu currículo.

2.1.2 – Desafios da educação inclusiva

Quando foi realizado a mudança no modelo de educação especial para a inclusiva, as escolas regulares já estavam cientes que iriam ter que enfrentar diversos desafios porque era algo novo que estava chegando na educação, e os principais desafios são:

- A não aceitação por parte dos professores sobre a inclusão das crianças com deficiência;
- A dificuldade de realizar um trabalho pedagógico diversificado;

- A falta do atendimento educacional especializado;
- A falta da formação continua;

Esses quatro tópicos apresentados demonstram que é por conta disso e de outros desafio que a educação inclusiva não e executada corretamente dentro das instituições de ensino, e isto, acaba que gerando um ensino sem qualidades, mas, para que esta situação seja mudada e necessário que as políticas públicas sejam mais eficientes e assim as equipes pedagógicas vão ser forçadas a mudar, pois, caso contrário vai resultar em um retrocesso no âmbito educativo.

2.2 – Alunos Com Deficiência

Os alunos com necessidades são aqueles que apresentam algumas diferenças física, motora, sensorial ou visual os mesmos são decorrentes da aquisição ao longo da vida ou de forma inata, mas, para que essas pessoas sejam deficiência é preciso que as “anormalidades” sejam para o resto da vida.

Segundo Bentes (2010, p. 87), Vigotski defendeu a tese de que as crianças especiais tiveram os seus desenvolvimentos complicados devido a sua situação, mas, em comparação com as crianças ditas “normais” os mesmos são desenvolvidos, porém de uma forma diferente, assim se compreender que não é porque a criança e deficiente que ela não tem a capacidade de se desenvolver. Ele também ressalta que a pratica pedagógica dever ser iniciada a partir da falta apresentada pelo indivíduo, para que assim possa ser suprida.

Segundo Bentes (2010, p.87), [...]“uma criança com deficiência intelectual não está apto a desenvolver as capacidades de compreensão, abstração, planejamento das próprias ações etc.”. Porém para Carvalho (1997, p.146), é possível uma criança com deficiente se desenvolver, mas, para que a mesma consiga alcançar os seus objetivos e necessário que a escolar oferte uma educação inclusiva de qualidade e que se adaptada para que essas pessoas se sintam pertencentes ao processo.

No ano de 1989 é elaborada a lei 7.853/89 da pessoa com necessidade especial, quando a mesma foi criada havia algumas questões que geravam discriminação, pois, até um tempo atrás era usado termos pejorativos por isso ela passou por diversas modificações. A lei tem o objetivo de assegurar às pessoas especiais todos os direitos que os mesmos possuem.

2.3 – Educação Inclusiva na Região do Distrito Federal

Ao longo dos anos 70 no Distrito Federal foi implementado um sistema educacional que tinha como objetivo a integração das crianças especiais, assim os mesmos iriam sair de um espaço restritivo para um ambiente amplo. Os mesmos foram colocados em salas de aulas regulares, porém como alguns tinham maiores dificuldades eles eram enviados para as escolas especiais.

Para esta escolarização ser feita tinha a regra de que as pessoas com deficiência primeiro fazia parte das escolas especiais e depois iriam para as salas regulares, porém durante este processo muitas crianças acabarão não conseguindo dar continuidade no processo de aprendizagem e assim alguns optaram por ficar somente nas escolas especiais e outras abandonaram os seus estudos. Este acontecimento existia pela falta de uma adaptação no ambiente educacional, mas, para que isso possa ser mudado as escolas regulares poderia colocar medidas de intervenção para essas ações.

Na década de 90, o processo de inclusão passou a ser de integração das crianças deficientes no ambiente escolar, mas, para que isso possa acontecer é necessário que haja uma transformação nas instituições de ensino assim as mesmas vão se adequar aos alunos, e será oferecido o acesso à educação e desenvolvimento. Conforme estabelecido no inciso II do art. 2 da lei 3.218/03, “acessibilidade dos alunos portadores de deficiências, por meio de adaptações do espaço físico necessárias à Educação Inclusiva;”.

Devido aos acontecimentos no passado acerca da educação especial, foi iniciado na OAB do Distrito Federal um debate sobre a importância de mudança na educação especial, mas para que essas mudanças possam acontecer é necessário ter tempo porque nada é transformado do dia para noite, também é preciso a modificação nas atitudes pedagógicas.

A rede de ensino do DF tem a oportunidade de fazer uma estrutura e organizações pedagógicas com mais inclusão, mas, para que isso seja possível e necessário que sejam respeitados todos os processos, assim a finalidade dessa mudança e fazer com que o currículo tenha mais acessibilidade e o aprimoramento das organizações para que seja alcançado toda a rede de ensino.

No ano de 2009 foi estabelecido no Distrito Federal a lei 4.317/09 que assegura todos os direitos que as crianças deficientes possui, de forma mais específica no art. 37 inciso VI “oferta e manutenção de material escolar e didático, bem como equipamentos adequados e apoio técnico de profissionais, de acordo com as peculiaridades dos alunos com deficiência.”, apesar de estar explícito na lei quando isto é aplicado na prática acaba que encontrando muitas dificuldades pois a uma falta de recurso para realizar estas manutenções.

2.4 - Educação inclusiva no ensino fundamental I

O ensino fundamental é um nível da educação básica que as crianças tem que vivenciar para poder se desenvolver de uma forma melhor, sendo de grande importância na vida dos estudantes, pois, e nesta fase que eles começam a se descobrir e acabam se tornando sujeitos críticos, assim como os demais níveis este também deve incluir todas as crianças sem causar nenhuma distinção.

Quando se pensar em ensino fundamental inclusivo, o que mais se vê é que os professores sempre tentam proporcionar aos alunos com deficiência que se sintam pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem, mas, para que isso possa ser realizado é necessário que os educadores tenham um preparo para trabalhar com essas crianças.

Conforme a LDB, quando as crianças com deficiência apresentam alguma dificuldade no processo de ensino e aprendizagem é necessário que seja iniciado o atendimento especializado, pois, o mesmo tem a finalidade de ajudar as crianças a ter um melhor desenvolvimento. Neste acompanhamento o professor faz um currículo específico para que seja trabalhado as dificuldades que o aluno apresenta, além desta questão a sala de aula que é realizado este atendimento é toda equiparada para proporcionar um ensino de qualidade.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1 - Metodologia de pesquisa

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) possui como metodologia a pesquisa bibliográfica, que foi realizada através de uma revisão de literatura, pois assim foi possível desenvolver o tema escolhido. De acordo com Sousa e Oliveira (2021, p.2), define a pesquisa bibliográfica como “Um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno.”

Na pesquisa científica tem diversas modalidades sendo uma delas a bibliográfica, em que a mesma será utilizada neste artigo, assim será exposto as etapas que deverão ser seguidas na realização deste trabalho. Segundo Sousa e Oliveira (2021, p. 3) “Esse tipo de pesquisa é concebido por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002).”.

A metodologia utilizada é qualitativa, pois assim será possível ter um melhor desenvolvimento do tema que foi estabelecido. De início foi realizado uma sondagem para que fosse formulado o referencial teórico, sendo assim foi possível atingir o primeiro tópico do objetivo específico, que possui como foco apresentar o essencial do trabalho pedagógico na educação especial. Em seguida, traz uma oportunidade para realizar uma análise acerca da importância da inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, desta forma procura responder a problemática: De qual modo é realizado a inserção de crianças deficientes no ensino fundamental I.

Para a realização da revisão de literatura foi manuseado uma coleta na base de dados, dos respectivos lugares: Google Scholar, SciELO e acervo digital da UNICEPLAC, sendo utilizado palavras-chaves “educação especial” e “inclusão escolar”.

3.2 - Pesquisa bibliográfica

Para o desenvolvimento do TCC, foi determinado um (1) autor principal que centra na proposta da pesquisa e apresenta ideias coerentes com a hipótese da pesquisa. Sendo assim, Maria Teresa Eglér Mantoan, que auxilia no desenvolvimento e estruturação da bibliografia deste trabalho.

Maria Teresa Eglér Mantoan, e pedagoga, mestra e doutora na área da educação, nasceu no Brasil, a sua carreira como professora começou aos 17 anos quando ela deu início a sua faculdade de pedagogia. A mesma se tornou conhecida devido os seus diversos trabalhos sobre educação especial, e assim passou a ser uma referência para estudos em psicologia e pedagogia.

Mantoan escreveu os seus primeiros livros em 1997, além de ser uma escritora bastante conhecida ela também é uma grande pesquisadora com enfoque na educação inclusiva a mesma se dedica a estudar sobre a forma que as crianças especiais são incluídas nas instituições de ensino. Em sua obra “inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”, a mesma explica o quão importante é fazer essa inclusão.

Percebi, e reluto em admitir, as medidas excludentes adotadas pela escola ao reagir às diferenças. De fato, essas medidas existem, persistem, insistem em se manter, apesar de todo o esforço despendido para se demonstrar que as pessoas não são “categorizáveis”.
(Mantoan, 2003)

Essa reflexão feita pela autora foi devido a uma experiência que a mesma vivenciou em uma viagem a Portugal em 1988, em que ela acompanhou uma turma que havia uma criança com

deficiência física, com isso foi observado pela mesma que existia possibilidade de educar as pessoas com deficiência. E isto, fez com que a autora fundasse em 1996 o Laboratório de estudos e pesquisas em ensino e diferença (LEPED /UNICAMP) que tem como intuito estudar e pesquisar de forma mais específica o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Através do livro “O que é? Por quê? Como fazer?”, Mantoan explica a diferença que existe entre integrar e incluir, pois de acordo com a mesma algumas pessoas não conseguem observar a diferença que existe entre os dois.

De acordo com Mantoan se entende que o processo de integração das crianças com deficiência, é quando os mesmos são apenas inseridos dentro das salas de aulas regulares e não há uma preocupação em realizar uma educação de qualidade, e isto, acaba fazendo com que as pessoas não se sintam pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem. Ao contrário da educação inclusiva, que tem a finalidade de alcançar a inserção de uma forma radical, pois todos os alunos sem a exceção de nenhum devem frequentar as salas de aulas regulares.

Mantoan define a educação inclusiva como um modelo de educação que integra todas as crianças sem fazer nenhuma distinção, e as escolas regulares que são inclusivas propõe uma organização no sistema educacional para que possa atender as necessidades apresentadas pelos alunos deficientes. Conforme Mantoan, este modelo de ensino causa uma provocação aos outros modelos que já existiu dentro da educação, pois o mesmo vem para realizar uma melhoria na qualidade do ensino das escolas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O seguinte artigo apresenta a relevância da educação inclusiva para pessoas com deficiência, o mesmo tem o objetivo de auxiliar a equipe pedagógica para realizar o atendimento de forma correta. Chegar nesse ponto de pensamento da pesquisa foi um grande desafio, porém bastante satisfatório visto que quando se tem uma vivência dentro da área foi um facilitador para desenvolver todos os tópicos.

Apresento a seguir um quadro contendo as principais obras e autores utilizados, além do ano de postagem de cada pesquisa, que ajudaram a compor e desenvolver este trabalho de conclusão de curso:

Quadro 1 – Principais autores referenciados

Autor	Trabalhos
Bentes (2010)	Vigotski e a educação especial: notas sobre suas contribuições
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Lei 7.853	Apoio as pessoas com deficiência
Lei 3.218	Universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal
Lei 4.317	Política Distrital para a integração da pessoa com deficiência
OP – Educação Especial	Plano de Orientação Pedagógico do Distrito Federal
Mantoan (2003)	O que é? Por quê? Como fazer?
Carvalho (1997)	Aspectos da dinâmica interativa no contexto da Educação de crianças e jovens com Síndrome de DOWN. I

Fonte: Própria (2022)

Para Bentes (2010), as escolas regulares precisam ofertar um atendimento especializado para as crianças com deficiência, pois somente através desse acompanhamento os mesmos conseguem atingir os níveis do desenvolvimento. E o inciso 1º do art. 58 da LDB, afirma que este apoio vai ocorrer, porém somente quando a equipe pedagógica da instituição achar necessário.

Carvalho (1997) também afirma essa importância que o atendimento especializado tem, pois se observa que as escolas não devem limitar as crianças com deficiência, apesar das limitações apresentadas pelos os mesmos as instituições de ensino devem ofertar um atendimento especializado para que assim as pessoas deficientes se sintam pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando se falar sobre leis para pessoas com deficiência é preciso que as mesmas sejam de caráter inclusivo, pois assim os deficientes iram se sentir pertencentes a sociedade. Conforme a lei 4.317/09 “Institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência”. A autora Mantoan (2003), em suas obras e demonstrado que a criança não dever ser integrada, mas, sim incluída dentro da sociedade e principalmente nas instituições de ensino, pois e a escolar que faz o meio e assim resultara em uma sociedade justa.

O OP educação especial e um documento que foi criado em 2010 para poder auxiliar as equipes pedagógicas do Distrito Federal, pois se observava que esses grupos de professores tinham

muita dificuldade para desenvolver um trabalho de qualidade com as crianças deficientes. Mantoan (2003) também chegou a mesma percepção que havia uma grande falta de preparação dos profissionais, é isto, resultava que as salas de aulas não incluíam os seus alunos, mas, sim os excluía, pois, as metodologias não eram adaptadas para que os mesmos conseguissem participar do processo de ensino e aprendizagem.

A lei 7.853/89 foi intitulada em 1989, esta lei foi muito importante para as pessoas com deficiência por causa que na época eles passaram a ser reconhecidos com seres pertencentes da sociedade, é para reforça esta lei no ano de 2003 no Distrito Federal foi criado a lei 3.218/03 que discorrer sobre a universalização da educação nas escolas do DF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os aspectos apresentados no desenvolvimento deste artigo, para que a educação inclusiva possar ser realizada corretamente e necessário que as leis sejam mais eficientes, pois, desta forma fará com que as equipes pedagógicas busquem por melhorias, e assim, será proporcionado uma educação de qualidade.

Através das pesquisas realizadas foi possível alcançar todos os objetivos proposto, também foi viável realizar um estudo sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ensino fundamental 1. Desta formar e possível desenvolver uma revisão de literatura com uma boa estrutura, pois, foi baseada na teoria Maria Teresa Eglér Mantoan, além disso e apresentado aos professores e gestores a importância da formação continua, pois, através desse fator a educação inclusiva será realizada com qualidade.

Durante o desenvolvimento deste artigo, observei que a pauta mais levantada foi relacionada a falta da formação continua dos profissionais da educação, que acabou acarretando em sérios problemas fazendo com que a educação inclusiva não fosse realizada corretamente. Também foi descoberto que algumas leis ainda possuem termos que são bem pejorativos relacionadas as pessoas com deficiência.

Com as pesquisas realizadas foi possível afirmar a hipótese que este artigo levantou, e desta formar e demonstrado que há uma importância muito grande ao inserir as crianças com deficiência nas escolas regulares, porém, esse processo acabar sendo bem dificultoso por conta dos seus desafios.

De qual modo é realizado a inserção de crianças com deficiência no ensino fundamental 1? O processo de inclusão das pessoas especiais é realizado de uma forma parcial, porque independente das mudanças que ocorreu no âmbito educacional ainda não é o suficiente para proporcionar uma educação de qualidade, então as pessoas com deficiência acabam que não se sentindo pertencente ao processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia escolhida para desenvolver este artigo foi a pesquisa bibliográfica, de acordo com o que foi apresentado e visto que esta metodologia foi o suficiente para realizar este trabalho, dessa forma é possível ter uma boa estrutura, e assim é viável ter uma melhor compreensão acerca do tema abordado, respondendo a questão problema, hipótese e os objetivos estabelecidos neste artigo.

Como melhoria pode ser proposto que as equipes pedagógicas busquem entender melhor a importância que a educação tem na vida das crianças especiais, pois, como se sabe e a partir do ambiente escolar que as crianças passam a fazer parte da sociedade. Diante desse exposto ver que os pedagogos tem um grande defite relacionado a falta da formação continua, por isso, a dificuldade de realizar um trabalho com eficiência com as pessoas especiais.

Dessa forma é concluído que este tema tem uma grande importância tanto dentro do âmbito educacional quanto na sociedade, por isso é necessário que os pedagogos, acadêmicos de pedagogia ou das demais áreas da educação sejam conscientes sobre as contribuições que a educação inclusiva traz para as pessoas especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Dispõe sobre

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm. Acesso em: 02 de setembro de 2022

BRASIL, Lei 4.317, de 09 de abril de 2009. Dispõe sobre institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 13 de abril de 2009. Disponível em: [Lei 4317 de 09/04/2009 \(sinj.df.gov.br\)](http://www.sinj.df.gov.br). Acesso 29 de setembro de 2022

BRASIL, **Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 10 de outubro de 2003. Disponível em: [lei-nº-3.218-de-05-de-novembro-de-2003.pdf \(sinprodf.org.br\)](http://www.sinprodf.org.br). Acesso em 29 de setembro de 2022

BRASIL, **Lei nº 7.853, de 24 DE outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de outubro de 1989. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em 01 de setembro de 2022

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 1 de setembro de 2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2022.

CARVALHO, M. F. Aspectos da dinâmica interativa no contexto da educação de jovens com síndrome de down. **A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação**, p. 145-179, 1997.

CORCINE, C. A. M., CONSAGRADO, C. R. **Educação especial e sua trajetória histórico-política: uma abordagem por meio de grupos de discussão**. Paraná, 1 ed. p. 1-19. Disponível em: [Educação Especial e sua trajetória histórico-política: uma abordagem por meio de grupos de discussão \(diaadiaeducacao.pr.gov.br\)](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br). Acesso em: 30 de agosto de 2022.

CORREIA, L. d M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares:** Porto Editora Lda. 1997.

DE OLIVEIRA BENTES, Nilda. **Vigotski e a educação especial: notas sobre suas contribuições.** *Revista Cocar*, v. 4, n. 7, p. 85-92, 2010. Disponível em: [Vigotski e a Educação Especial: Notas Sobre Suas Contribuições | Revista Cocar \(uepa.br\)](#). Acesso em: 14 de outubro de 2022.

ESCAVADOR. **Bibliografia de Maria Teresa Eglér Mantoan.** Disponível em: [Maria Teresa Eglér Mantoan | Escavador](#). Acesso em: 07 de outubro de 2022

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** *Comunicações*, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003. Disponível em: [POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL | Glat | Comunicações \(metodista.br\)](#). Acesso em: 25 de agosto de 2022

ITARD, Jean Marc Gaspard. **Um relato histórico da descoberta e educação de um homem selvagem, ou dos primeiros desenvolvimentos, físico e moral, do jovem selvagem capturado na floresta perto de Aveyron, no ano de 1798.** Phillips, 1802. Disponível em: [An Historical Account of the Discovery and Education of a Savage Man, Or of ... - Jean Marc Gaspard Itard - Google Livros](#). Acesso em: 21 de outubro de 2022

LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 15, p. 289-306, 2009. Disponível em: [SciELO - Brasil - Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico](#). Acesso em: 23 de agosto de 2022

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é. Por quê. Como fazer?.** Ed. 1, São Paulo: Summus Editorial, 2004. Livro eletrônico. Disponível em: [10999.pdf \(gruposummus.com.br\)](#). Acesso em 07 de outubro de 2022

MIGUÉNS, M.; CANELAS, A.; RODRIGUES, A. M.; DIAS, A. **Estado da Educação 2018. Brasil, edição 2019, p. 1 – 377.** Disponível em: [Estado-da-Educacao-2018.pdf \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 28 de outubro de 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Número de pessoas com deficiência em escolas comuns cresce 381%.** Disponível em: [Número de pessoas com deficiência em escolas comuns cresce 381% - MEC](#). Acesso em: 21 de agosto de 2022

OAB do Distrito Federal. **Inclusão escolar é tema de debate.** Disponível em: [Inclusão escolar é tema de debate na OAB/DF - OAB/DF \(oabdf.org.br\)](#). Acesso em: 29 de setembro de 2022

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010. Disponível em: [Histórico do surgimento da educação especial \(ideau.com.br\)](#). Acesso em: 30 de agosto de 2022

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do DF. **Plano de orientação do Distrito Federal**. Ed. 1, Brasília, 2010. Disponível em: [OP-Educacao-Especial.pdf](#). Acesso em 27 de setembro de 2022.

SHIMAZAKI, E. M. **Fundamentos da Educação Especial**. Paraná, v. 1, p. 31-39, 1993. Disponível em: [FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL \(diaadia.pr.gov.br\)](#). Acesso em 23 de agosto de 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: [A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS | Cadernos da FUCAMP](#). Acesso em: 04 de outubro de 2022.

SOUSA, L. M. Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**, p. 159-173, 2020. Disponível em: [13636-Texto do artigo-43353-1-10-20200630.pdf](#). Acesso em: 30 de agosto de 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: [Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Area das Necessidades Educativas Especiais, 1994 - UNESCO Digital Library](#). Acesso em 02 de outubro de 2022.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, e por me dar força para ultrapassar todos os obstáculos que foram encontrados durante o desenvolvimento deste artigo.

Aos meus pais e aos meus familiares, que sempre me incentivaram durante a minha trajetória e também por terem me dado todo o apoio que precisei para realizar este trabalho. Agradeço também ao meu namorado e aos meus amigos por estarem comigo neste período em que tanto necessitei de ajudar.

Aos professores, por todos os ensinamentos que foram agregados a minha bagagem durante este curso, espero que em um futuro muito próximo eu os coloque em prática para assim ajudar as pessoas. De formar especial quero agradecer o Prof. Ms. Welton Dias de Lima por ter confiado no meu potencial para realizar este trabalho e também por todo o auxílio prestado.

Não menos importante também agradeço a minha pessoa, por ter sido persistente e ser confiante que iria conseguir concluir este artigo para que assim eu conquista-se o meu diploma. Por isso gratidão.